



SUMÁRIO

ETAPA 1 – FUNDAMENTOS

FASE 1 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

AÇÃO 1 – REUNIÃO COM GRUPO CONSULTIVO2

ANEXOS..... 4

AÇÃO 2 – CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO39

ANEXOS..... 41

AÇÃO 3 – EVENTO DE LANÇAMENTO.....67

ANEXOS..... 69



AÇÃO 1 – REUNIÃO COM GRUPO CONSULTIVO

Foi realizada pela Espaço Urbano a primeira reunião com o Grupo Consultivo dia 29 de abril de 2009 às 14 horas na Prefeitura Municipal, com o objetivo de estruturar e organizar os grupos de trabalho, tendo como pauta:

- Auto apresentação;
- Assinatura da Lista de Presença (Anexo 1);
- Apresentação e discussão para aprovação do Plano de Trabalho e Cronograma de Ações (Anexo 2);
- Entrega do Plano de Trabalho;
- Definição da unidade/mapeamento;
- Entrega do Roteiro de Informações;
- Apresentação da Proposta/Modelo do Cartaz para divulgação do PMSB (Anexo 3);
- Definição de número de catazes e cartilhas;
- Agendamento da Capacitação e Evento de Lançamento
- Discussão de estratégias para divulgação e efetiva participação popular no PMSB – Luzerna:

Mobilização da População

A mobilização se dará através de cadastro dos atores (Anexo 4) recursos publicitários e convites para participar do Evento de Lançamento, bem como da capacitação, oficina, reuniões e audiências públicas.

A publicidade do processo de elaboração do PMSB dar-se-á da seguinte maneira:

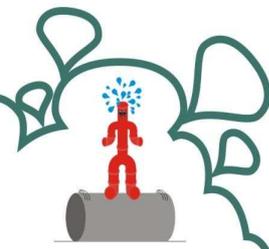
Fixação de cartazes, criado pela Espaço Urbano e aprovado pelo Grupo Consultivo, em todos os órgãos, entidades e associações comunitárias do município, contendo divulgação e chamada para participar da elaboração do PMSB;



Publicação e publicidade de informações relativas à elaboração do PMSB com todas as fases do trabalho em jornal local e/ou regional, sendo de responsabilidade da Espaço Urbano monitorar, scanear e anexar as mesmas aos relatórios de cada etapa. Foram feito convites à comunidade através das Rádios Tropical de Treze Tílias, Radio Líder de Herval D'Oeste com diversas inserções e Radio Catarinense de Joaçaba no Grande Jornal do Meio Dia entre os dias 18/05 a 20/05, dia do Evento de Lançamento. Na página da Prefeitura, www.luzerna.sc.gov.br, pode encontrar duas reportagens sobre o Plano, uma no dia 14/05/2009 e outra no dia 22/05/2009. No Jornal Folha da Manhã saiu a reportagem sobre o início do Plano, explicando o que é o Plano de Saneamento e como se realizará.

Entrevistas e matérias vinculadas em rádio local quando do início/término de cada fase.

A reunião foi registrada em Ata (Anexo 5) sendo também fotografada (Anexo 6).



ANEXOS



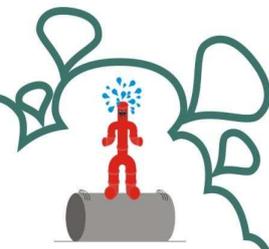
ANEXO 1
LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO DO GRUPO
CONSULTIVO



ANEXO 2

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DAS

AÇÕES



PLANO DE TRABALHO – LUZERNA

1. JUSTIFICATIVA

A Lei N.º 11.445 de 05 de Janeiro de 2007, estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para Política Federal de Saneamento Básico, onde estabelece em seu Art. 2º os Princípios Fundamentais, tais como: a universalidade do acesso, a integralidade, o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disponibilidade, em toda a área urbana de serviços de drenagem, eficiência e sustentabilidade econômica, utilização de tecnologias apropriadas, transparência das ações, controle social e entre outros.

Com a nova Lei, houve um avanço significativo estabelecendo uma política nacional para tratar da regulação do Saneamento Básico, favorecendo uma ação coordenada entre os Entes Federados: Municípios, Estados e União, onde cada um deve atuar dentro de sua esfera de competência, cabendo aos Municípios o planejamento dos servidos, através da elaboração do **Plano Municipal de Saneamento Básico** e, compatibilizá-lo a outras áreas como recursos hídricos, desenvolvimento urbano, etc. Trata de estabelecer as regras do jogo para que haja uma parceria público privadas para melhorar os índices de cobertura do saneamento nos Municípios, com a modernização do sistema de prestação de serviços.

A prerrogativa da gestão dos serviços públicos de interesse local é expressamente municipal e, portanto os processos de elaboração de políticas públicas, de planejamento e avaliação devem ser comandadas pelo Município com a efetiva participação da Comunidade, devendo o Plano de Saneamento Básico conter, entre outros, diagnóstico da situação da prestação de Serviços, objetivos e metas para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas: programas, projetos e ações para a consecução dos objetivos e das metas, de modo compatível como os respectivos Planos Plurianuais e com outros Planos Governamentais correlatos.

O Planejamento deve ser feito com a participação da sociedade para se buscar soluções tecnológicas e melhoria da infra-estrutura considerando-se todas as



variáveis sócio-culturais e ambientais envolvidas na formulação das soluções de saneamento em prol da superação do déficit e das desigualdades no acesso aos serviços de saneamento ambiental, propiciando a sociedade, uma posição de protagonismo na definição, formulação e gestão das políticas públicas para o saneamento.

2. METODOLOGIA

A Espaço Urbano - Consultoria e Planejamento tem como proposta Metodológica um processo de planejamento simples e sistemático, objetivando resultados apropriados para a implantação de uma estratégia de planejamento e desenvolvimento do Saneamento Básico Municipal.

A metodologia a ser adotada é a **CDP - Sistemática das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades** que representa basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultado de pesquisas e levantamentos, proporcionando uma apresentação compreensível da situação das áreas de interesse para o planejamento, facilitando a complementação, o aperfeiçoamento sucessível e permanente do Plano, de forma descentralizada e participativa, buscando a gestão democrática do saneamento básico na cidade com o objetivo de realizar suas funções sociais.

O desenvolvimento de todo o processo terá duração de 06 meses onde, ao longo dos mesmos serão realizadas audiências públicas, reuniões comunitárias, reuniões setoriais e com o Grupo Consultivo que será formado por técnicos da área, concessionárias e representantes da comunidade.

O processo da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico constituir-se-á de **08 Fases** que contarão com a efetiva participação da sociedade através de reuniões comunitárias, reuniões técnicas setoriais, audiências públicas e ações de envolvimento como: capacitação, oficinas de trabalho, divulgação, distribuição de panfletos de conscientização sobre saneamento básico, que serão desenvolvidas ao longo das fases:



ETAPA 1 – FUNDAMENTOS

Esta Etapa compreende três Fases que são: Aquisição de Informações, Participação da Sociedade e Diagnóstico composto pela sistematização das informações e avaliação dos dados obtidos na Leitura Técnica e Leitura Comunitária, onde serão definidos as condicionantes, deficiências e potencialidades de abastecimento, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem, traçando-se os objetivos de curto, médio e longo prazos.

FASE 01 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Com o objetivo de sensibilizar o maior numero possível de munícipes serão utilizados recursos publicitários, convites, cartazes e atividades abaixo relacionadas para sensibilizar, informar e oportunizar à comunidade a sua participação em todas as Fases do processo.

Evento de Lançamento - É o passo inicial, onde será apresentado a proposta metodológica para elaboração do Plano, o que vem a ser Plano Municipal de Saneamento, apresentação do Grupo Consultivo e apresentação da Equipe Técnica da Espaço Urbano que irá coordenar a execução do Plano.

Capacitação - Tem por objetivo nivelar o conhecimento do Grupo Consultivo sobre a metodologia, a importância da participação de todos em todas as etapas, com o conteúdo programático: metodologia, Lei Federal 11.445, planejamento urbano e processo de urbanização municipal, diagnóstico social municipal, objetivos gerais, processos participativos, roteiro de informações sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem.

Reuniões Comunitárias e Setoriais - Após definição da unidade de planejamento (Bacias Hidrográficas / Bairros / Regiões) deverão ser realizadas



reuniões com a Comunidade destas unidades para buscar informações referente ao passado, presente e futuro dos diversos setores do saneamento, buscando identificar convergência de opiniões que subsidiarão a formatação do cenário mais provável para o saneamento básico do Município e seu desenvolvimento sustentável.

Audiências Públicas - Deverão ser realizadas ao término de cada fase com o objetivo de apresentar, pactuar e validar os dados, resultados e propostas de cada fase do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento.

Cartazes e Cartilhas - Elaboração e distribuição de cartazes e cartilhas que tem por objetivo ser educativos, informar sobre a realidade dos serviços de saneamento básico e sensibilizar a comunidade a participar da elaboração do Plano.

Ação 01 – Reunião com o Grupo Consultivo

Ação 02 – Capacitação do Grupo Consultivo

Ação 03 – Evento de Lançamento

Ação 04 – Elaboração do Relatório

FASE 02 - AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES

Será compostas pelos levantamentos técnicos e comunitários, através das ações:

Ação 01 - Definição da Unidade de Planejamento - Identificação das Bacias Hidrográficas elementares, das áreas censitárias e ou administrativas e definição das áreas de planejamento e definição da cartografia base.

Ação 02 - Aquisição de Informações Técnicas - Coleta de dados e mapeamento sobre: geologia, climatologia, hidrologia, topografia, ordenamento



territorial, vegetação, fauna, demografia, atividade econômica, infra-estrutura e outros.

Ação 03 – Levantamento Comunitário – Realização de reuniões comunitárias urbana e rural para levantamento das informações.

FASE 03 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SEUS IMPACTOS

Ação 01 - Realização dos Diagnósticos Setoriais - Identificando as condicionantes, deficiências e potencialidades do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana através da sistematização e avaliação dos dados obtidos.

A sistematização se fará através do diagnóstico, que é a etapa do processo de planejamento que consiste em avaliar os problemas cujas causas são identificadas pela análise, julgando-os, racionalmente, a fim de se saber como atuar, quando atuar e onde atuar. Dessa avaliação resulta:

Uma Hierarquização dos Problemas - Hierarquizar os problemas significa avaliar a importância relativa de cada um deles, ao desenvolvimento da área sob planejamento e ordenar os mesmos de acordo com a importância atribuída pela sociedade.

Uma compatibilização das soluções ou diretrizes propostas, entre si - Compatibilizar as diretrizes ou soluções estabelecidas para resolver os problemas hierarquizados (objetivos do desenvolvimento) adotando soluções coerentes entre si, soluções que não sejam incompatíveis, mutuamente.

Uma avaliação da solução mais eficaz - Avaliar a solução mais eficaz buscando, dentre as soluções viáveis propostas, aquela para a qual os custos sejam mínimos e



os benefícios máximos, baseados na interpretação dos dados obtidos na leitura técnica e comunitária.

A metodologia utilizada será **A SISTEMÁTICA DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES - CDP**. Considerando esta sistemática, admite-se que, em tese, qualquer elemento da estrutura urbana pode ser definido como **CONDICIONANTE**, ou **DEFICIÊNCIA**, ou ao mesmo tempo, representar uma **POTENCIALIDADE**, abrindo margem a interpretações diferenciadas, dependendo do ponto de vista técnico e político dos agentes envolvidos.

Características da Sistemática CDP

- ✓ Representa basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultados de pesquisas e levantamentos, proporcionando uma apresentação compreensível, facilmente visualizáveis e compatível da situação atual das áreas de interesse para o planejamento;
- ✓ Pode orientar o planejamento em todas as fases do processo;
- ✓ Baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle de resultados, evitando com isto os erros de uma simples eliminação de deficiências;
- ✓ Classificação dos elementos da estrutura urbana segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências de desenvolvimento poderiam ser percebidas com maior facilidade;



- ✓ Da mesma forma que a classificação dos elementos da estrutura urbana e em correspondência a essa, as medidas podem ser classificadas em três grupos de demanda:

Condicionantes geram uma demanda de manutenção.

Deficiências geram uma demanda de recuperação e melhoria.

Potencialidades geram uma demanda de inovação e com isto, deve ser estabelecida uma base comparável para o desenvolvimento de todas áreas urbanas.

- ✓ Em virtude do enfoque globalizante, a avaliação dos problemas baseia-se, também, em indicadores qualitativos e não apenas quantitativos;
- ✓ As relações de causa e efeito são apresentadas de maneira tal que fica evidente o seu inter-relacionamento;
- ✓ Esta sistemática permite a utilização de diferentes métodos e técnicas - empíricas, analíticas, comparativas e avaliatórias - em diferentes graus de profundidade, sem que isto implique numa perda da orientação básica para a identificação das prioridades na ação do Governo Municipal para o Saneamento;
- ✓ Em virtude de suas possibilidades de apresentação gráfica, esta sistemática e os resultados de sua aplicação podem ser transmitidos com maior facilidade à comunidade apesar do seu relativo desconhecimento sobre assuntos específicos de planejamento.

Em resumo pode ser colocado como o essencial desta sistemática, o seu caráter que facilita a sua complementação e o seu aperfeiçoamento sucessivo e permanente, em termos de abrangência e detalhamento.



As atividades básicas necessárias à realização do Diagnóstico são:

- ✓ Sistematização e Análise das Informações;
- ✓ Identificação das Áreas Prioritárias de Ação;
- ✓ Identificação das Medidas Prioritárias.

Sistematização e Análise das Informações

Com base nas informações obtidas nesta fase de levantamento técnico e comunitário, confrontados com os Indicadores/Parâmetros definidos pela equipe da Espaço Urbano, procede-se a uma descrição avaliativa das condições atuais dos setores de interesse para o planejamento:

Condicionantes - Elementos que devem ser mantidos, preservados ou conservados, e sobretudo considerados no planejamento;

Deficiências - Situações que devem ser melhoradas ou problemas que devem ser eliminados;

Potencialidades - Elementos, recursos ou vantagens que podem ser incorporadas positivamente ao sistema de saneamento.

Sistematização e Análise das Informações

Com base nas informações obtidas nesta fase de levantamento técnico e comunitário, confrontados com os Indicadores/Parâmetros definidos pela equipe da Espaço Urbano, procede-se a uma descrição avaliativa das condições atuais dos setores de interesse para o planejamento:



Condicionantes - Elementos que devem ser mantidos, preservados ou conservados, e sobretudo considerados no planejamento;

Deficiências - Situações que devem ser melhoradas ou problemas que devem ser eliminados;

Potencialidades - Elementos, recursos ou vantagens que podem ser incorporadas positivamente ao sistema de saneamento.

Atividade 01 - Organização e Análise das Informações - A apresentação dos elementos e informações deverá ser realizada em forma de TABELAS, efetuando paralelamente uma análise descritiva dos fatores encontrados quanto a sua relevância global e as conseqüências da não consideração dos mesmos.

A organização dos elementos de informação realizada em forma de tabela permite uma visão da situação e dos fatores que condicionam o desenvolvimento e com isto uma primeira avaliação destes fatores no sentido de sua relevância e ordem de grandeza. Ela representa a base para a seleção dos elementos que serão apresentados graficamente.

As informações classificadas segundo o método C.D.P (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades) serão organizados conforme níveis setoriais ou áreas de interesse, a seguir:

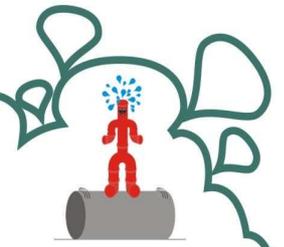
1. AMBIENTE FÍSICO RURAL / URBANO

1.1. Levantamento Territorial

- Levantamento da Evolução Urbana
- Uso e Ocupação atual do solo
- Aspectos Regionais

1.2. Condições Físico-Naturais

- Hidrografia
- Geomorfologia



- Geologia
- Solo e Cobertura Vegetal
- Clima
- Áreas de Proteção Ambiental

2. CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

2.1. População

- Distribuição
- Densidade
- Crescimento
- Migração

2.2. Emprego e Renda

- Crescimento
- Ocupação e Desocupação
- Estrutura da oferta e demanda
- Qualificação
- Salários

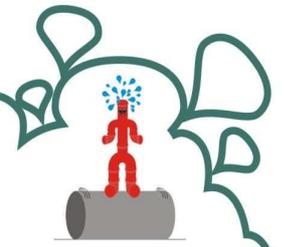
2.3. Base Econômica

- Setor Primário
- Setor Secundário
- Setor Terciário

3. INFRA-ESTRUTURA URBANA

3.1. Sistema Viário e de Transporte

- Rodoviário
- Ferroviário



- Aeroviário
- Hidroviário e Portuário

3.2. Saneamento Básico

- Abastecimento de Água
- Esgotamento Sanitário
- Drenagem Urbana
- Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

3.3. Energia Elétrica

3.4. Comunicação

4. HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

4.1. Habitação

4.2. Educação

4.3. Saúde

4.4. Assistência Social

4.5. Cultura / Esporte e Lazer

5. INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS

5.1. Administração Municipal



5.2. Concessionárias

5.3. Instrumentos Legais / Tributários e Financeiros

5.4. Planejamento

Atividade 02 - Apresentação Gráfica dos Resultados - Com o inter-relacionamento espacial das informações pesquisadas dos diversos níveis setoriais se atinge um conhecimento maior sobre a distribuição ou concentração dos problemas e potencialidades nas diversas áreas do espaço municipal e urbano.

Os passos necessários para a realização desta atividade são os seguintes:

Seleção da Cartografia - Será usado, como base cartográfica para elaboração dos mapas apresentados as Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, a mesma escala utilizada na etapa de levantamento de dados, para facilitar a superposição dos resultados.

Determinação dos Elementos para Notação Gráfica - Determinação dos ícones, símbolos e as pictogramas para a elaboração dos mapas CDP.

Elementos pontuais serão representados por ícones ou símbolos inseridos em:

- Quadrados para as Condicionantes (Azul)
- Triângulos para as Deficiências (Vermelho)
- Círculos para as Potencialidades (Amarelo)

Para a representação e demarcação das áreas, usar-se-á as cores: Azul-Condicionantes / Vermelho-Deficiências / Amarelo-Potencialidades, em diversas tonalidades ou hachuras.



Elaboração dos Mapas CDP - Os elementos dos diversos setores ou níveis que foram identificados como CDP e que podem ser localizados dentro da área de interesse para o planejamento são plotados em três mapas distintos.

A apresentação de todas as informações em três mapas, para facilitar a leitura e a comparação, serão apresentados em primeiro lugar, os elementos de destacada relevância e repercussão em termos de ordem de grandeza, urgência e interesse comunitário e, posteriormente, complementados os mapas com os elementos de menor relevância.

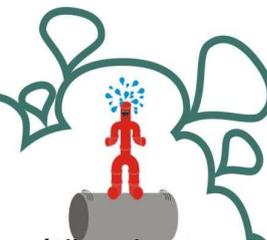
Atividade 03 - Identificação das Áreas Prioritárias de Ação - As Áreas de Ação serão definidas pela concentração no espaço das Condicionantes, das Deficiências e das Potencialidades e, simultaneamente, pela concentração da demanda por medidas específicas para resolver os problemas destas áreas.

Com base nesse raciocínio, realiza-se a superposição dos resultados obtidos nos três mapas CDP com a finalidade de estabelecer as áreas de ação prioritárias nas quais a realização dos investimentos produzirá efeitos estimulantes, corretores e ordenadores.

Para identificação das Áreas de Ação, proceder-se-á da seguinte maneira:

- Superposição dos mapas CDP;
- Delimitação das áreas de Ação: na superposição dos mapas CDP fica evidente a concentração das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades;
- Identificação das demandas e medidas: a concentração no espaço das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades demonstra, simultaneamente, a concentração da demanda e necessidade de medidas em determinadas áreas.

Ação 02 - Identificação das Ações Prioritárias - Determinar as prioridades significa selecionar as medidas que, com menor comprometimento de recursos



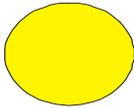
externos, resultem em um maior benefício para a comunidade a curto, médio e longo prazo, contribuindo para:

Corrigir os desequilíbrios que verificam nas cidades, resultantes das ausências ou insuficiência de infra-estrutura de serviços de saneamento básico, especialmente quando o fato implica em risco imediato para a população.

Assegurar às camadas da população de baixa renda a possibilidade de satisfazer suas necessidades básicas garantindo-lhes, em termos econômicos e de acessibilidade física, os serviços de saneamento básico.

Orientar o ordenamento e controle de uso e de investimentos públicos e privados no sentido de oportunizar uma política do governo local que busque o atendimento e acesso a toda população ao saneamento básico.

Chega-se com isto a possibilidade de delimitar áreas com diferentes necessidades de ações, ao mesmo tempo, uma priorização em termos qualitativos que ainda deve ser avaliada e comprovada por critérios políticos e econômicos, e pelo que foi disposto nas reuniões comunitárias e audiências.

LOCAIS	ELEMENTOS	TIPOS DE DEMANDA
	Condicionante	Manutenção
	Deficiência	Melhoria
	Potencialidade	Inovação



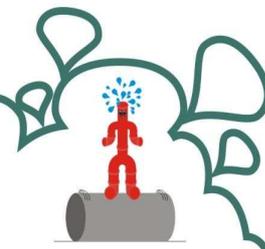
LOCAIS	ELEMENTOS	SUPERPOSIÇÃO
	Condicionante + Deficiência	Recuperação
	Potencialidade + Deficiência	Consolidação
	Condicionante + Potencialidade	Preservação
	Condicionante + Deficiência + Potencialidade	Áreas Prioritárias de Ação

O Diagnóstico, que compreende as leituras técnica e comunitária (audiências, reuniões, entrevistas, levantamento de dados, etc.), irá se fundamentar no levantamento dos fatores determinantes da situação atual sobre os diversos aspectos a serem abordados identificando posteriormente suas condicionantes, deficiências e potencialidades do município.

Após a identificação destes fatores, procura-se identificar quais as tendências que estão em curso na atualidade e que representarão as principais condicionantes do futuro, de modo a se obter indícios preliminares dos futuros possíveis e submetê-los ao crivo da sustentabilidade política patrocinada pelos atores envolvidos.

Ação 03 - Realização da Primeira Audiência Pública - Apresentação do diagnóstico e conclusões da Etapa 1, com distribuição de cartilhas de sensibilização.

Ação 04 – Elaboração do Relatório do Diagnóstico



ETAPA 2 – PROPOSTAS

Esta fase compreende duas Fases que são: Prognóstico e Alternativas e Programas, Projetos e Ações que nortearão o desenvolvimento do saneamento básico do Município por meio de definição de objetivos, metas a curto, médio e longo prazo e, programas, projetos e ações para que se alcance os objetivos e metas definidos que deverão ser aprovados pela comunidade através de Audiências Públicas.

FASE 04 – PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS

Ação 01 - Realização de Oficina de Trabalho

Será compostas pelas atividades:

Atividade 01 - Planejamento e Programação da Oficina - Planejamento e Elaboração do programa e metodologia da oficina de trabalho onde, a Equipe Técnica Contratada juntamente com o Grupo Consultivo (formado por Técnicos da Prefeitura, Concessionárias e Representantes da Comunidade) discutirão as áreas e medidas prioritárias de ação para posterior construção da Proposta.

Atividade 02 - Realização da Oficina - Definição de Metas - Na oficina o Grupo Consultivo juntamente com a Equipe Técnica da Espaço Urbano, de acordo com o planejamento, irá elaborar a Proposta do Plano de Saneamento Básico com os objetivos, metas a curto, médio e longo prazo.

Ação 02 – Relatório –Elaboração de relatório contendo o prognóstico e alternativas discutidas na oficina.



FASE 05 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Será compostas pelas ações:

Ação 01 – Elaboração do Plano - Com base nos resultados elaborados na Oficina de Trabalho e Reuniões com o Grupo Consultivo, a Espaço Urbano elaborará o Plano através da Legislação e Normas do Plano de Saneamento, com busca de parcerias que viabilizem os recursos financeiros para a implantação das intervenções prioritárias a curto, médio e longo prazo, definidas no Plano.

Ação 02 - Realização da Segunda Audiência Pública - A Espaço Urbano apresentará a Proposta do Plano em Audiência Pública para todos os segmentos da Sociedade do Município com o objetivo de aprovar o Plano e posterior encaminhamento do Plano ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e ao Poder Legislativo Municipal.

Ação 03 – Elaboração do Relatório – Elaboração de relatório contendo o Plano discutido e aprovado na Segunda Audiência Pública.

ETAPA 3 – APROVAÇÃO

FASE 06 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS

Ação 01 – Reunião com o Conselho do Meio Ambiente Municipal e Legislativo – Reunião de discussão da Proposta de Ações para Situações de Emergência

Ação 02 – Elaboração de Diretrizes – Proposta de diretrizes para a ação municipal e estrutura administrativa necessária para a gestão do Plano e definição de competências.



Ação 03 – Elaboração de Projeto Básico – Elaboração de um projeto básico de rede coletora de esgoto sanitário do loteamento Triton, interligando a rede existente na COHAB Triton (aproximadamente 1000 m).

ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO

FASE 07 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

O Desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico se dará, por dois processos distintos e interrelacionados entre si, que são a Elaboração do Plano propriamente dito e, o Processo de Implantação do Plano e acompanhamento de seus resultados. Para seu sucesso, se faz necessário a criação de um processo de permanente revisão e atualização, prevendo ações complementares com monitoramento de dados e estudos adicionais.

Ação 01 – Formulação de Mecanismos e Procedimentos de Monitoramento e Avaliação

O Processo de Planejamento e Gestão do Plano consiste numa série de ações que visam a implementação, de caráter permanente, descentralizado e participativo focando a Gestão democrática do Plano de Saneamento para a concretização de suas funções sociais através de:

Ação 02 – Relatório – Elaboração de relatório contendo os mecanismos de monitoramento e avaliação

Atividade 01 - Criação do Conselho e Fundo Municipal de Saneamento

Atividade 02 - Definição dos Programas de Monitoramento



Atividade 03 - Definição do Sistema de Implantação e Avaliação de Revisão do Plano

Atividade 04 - Realização da Terceira Audiência Pública/Entrega Oficial do Plano

FASE 08 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Ação 01 – Elaboração do Sistema de Informações contendo a ferramenta e ou banco de dados

Ação 02 – Elaboração de Relatório contendo o Sistema de Informações em meio impresso e digital

3. CONCLUSÃO

A Participação da Sociedade é necessária para um planejamento sustentável do Município, mas não é suficiente, pois o Plano Municipal de Saneamento necessita também, da existência de um “Filtro Crítico” que deve ser fornecido por profissionais técnico-científico. Portanto, a valorização da participação da sociedade não diminuiu a responsabilidade dos Técnicos, pelo contrário, torna sua tarefa ainda mais complexa.

A formação deste tipo de proposta deve contar com uma Equipe Técnica multidisciplinar para que a abordagem não trate somente dos aspectos tecnológicos do sistema de saneamento, mas que permita conduzir os projetos com base na análise de diferentes relações com o contexto urbano, de modo que possibilite a implementação adequada, racional e sustentável do sistema de saneamento, com uma visão integrada.



4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento / Ministério das Cidades - Brasília: M Cidades. 2006;
- Lei Federal N.º 11445, de 05 de Janeiro de 2007;
- Lei Nacional de Saneamento - Novos Desafios no Estado de São Paulo - Reportagem de Capa - Revista Saneas, Julho / Agosto 2007;
- Plano Diretor Participativo - Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos Ministério das Cidades / CONFEA, 2º Edição, Brasília 2005.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1997). NBR13969. Projeto, construção e operação de unidades de tratamento complementares e disposição final dos efluentes de tanques sépticos: procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT. 57p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1993). NBR7229. Projeto, construção e operação de tanques sépticos. Rio de Janeiro: ABNT. 15p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992). NBR12209. Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT. 12p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1987). NBR9800. Critérios para lançamento de efluentes líquidos industriais no sistema coletor público de esgoto sanitário. Rio de Janeiro: ABNT. 3p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1986). NBR9648. Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário. Rio de Janeiro: ABNT. 5p.
- Alem Sobrinho, P.; Tsutiya, M. T. (1999). Coleta e transporte de Esgoto Sanitário. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. (2005). Decreto N° 357 de 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. www.ibge.gov.br.
- Nuvolari, A. (coord.) (2003). Esgoto Sanitário: coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola. São Paulo: FATEC-SP/CEETEPS – FAT – Editora Edgard Blücher Ltda. 520p.
- Pessôa, C.A., Jordão, E.P. (1982). Tratamento de Esgotos Domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro: ABES BNH. 536 p.
- Santa Catarina. (1998). Legislação sobre Recursos Hídricos. Governo do Estado de Santa Catarina / Editora Universitária UNISUL. Tubarão, SC. 96p.



- Von Sperling, M. (1996). Princípios de Tratamento Biológico de Águas Residuárias: Princípios básicos do tratamento de esgotos. vol 2. Belo Horizonte, MG: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais. 211 p.
- Baptista, Márcio B. (2002). Fundamentos de Engenharia Hidráulica - Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Gomes, H. P. (2002). Sistemas de Abastecimento de Água; Dimensionamento Econômico. João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- Gonçalves, R.F. – coord. (2006). Uso racional da água em edificações. Rio de Janeiro: ABES / Projeto PROSAB. 352p.
- Macêdo, J.A.B. (2003). Métodos laboratoriais de análises físico-químicas e microbiológicas. 2ª Ed. Belo Horizonte, MG: Macêdo / CRQ-MG. 450p.
- Tsutiya, M. T. (xxxx). Abastecimento de Água. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- Tsutiya, M. T. (2001). Redução do Custo de Energia Elétrica em Sistemas de Abastecimento de Água, Rio de Janeiro. ABES.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004). NBR10004. Resíduos Sólidos – classificação. Rio de Janeiro. ABNT, 2004. 71p
- ANDREOLI, C.V.; VON SPERLING, M. Lodos de esgotos: tratamento e disposição final. Belo Horizonte: DESA-UFMG/SANEPAR, 2001.
- ALMEIDA et al. Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ª Ed. IPT/CEMPRE, 2000.
- CASSINI, S.T. (coord). Digestão de resíduos sólidos orgânicos e aproveitamento do biogás. Rio de Janeiro, PROSAB 3, 2003.
- CASTILHO JR., A.B. (coord). Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte. Rio de Janeiro: PROSAB 3, 2003.
- CALDERON, S. Os bilhões perdidos no lixo. 4ª Ed. 2003.
- COELHO, H. Manual de gerenciamento de resíduos sólidos de serviço da saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- LIMA, L.M.Q. Lixo: tratamento e biorremediação. 3ª Ed. Hemus, 2004.



NO LUGAR DESSA FOLHA COLOCAR O CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES.



ANEXO 3

CARTAZ



Qualidade de Vida começa pelo básico.



**Plano de Saneamento Básico de Luzerna:
Participe desta Elaboração!**

Evento:

Local:

Data:

Hora:

RECURSOS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional da Saúde

CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Luzerna
Fone: 3551-4700

EXECUTORA

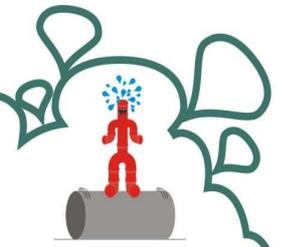


ESPAÇO URBANO
CONSULTORIA E PLANEJAMENTO
Fone: 3521-1320



ANEXO 4

CADASTRO DOS ATORES



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB

Reunião do Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna - SC
à realizar-se no dia 20 de Maio de 2009 às 19:00hs nas dependências do Seminário São João Batista

PROTOCOLO DE ENTREGA DE CONVITES

Nome/ Entidade	Assinatura:	Data:
Neivo Morás Junior PREFEITURA DE LUZERNA - PLANEJAMENTO		14/05/09
Rodrigo Hoffelder PREFEITURA DE LUZERNA - EDUCAÇÃO		14/05/09
Régis Valter Weiser PREFEITURA DE LUZERNA - AGRICULTURA E M.AMB.		14/05/09
Gilmar Debus PREFEITURA DE LUZERNA - OBRAS		14/05/09
Kelli Flávia Spricigo PREFEITURA DE LUZERNA - SAÚDE		19/05/09
Lenir Costa Beber ADR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL		15/05/09
Jaime Turra EPAGRI		14/05/09
Osmar Carlito Bennemann ASSOCIAÇÃO MORADODES SÃO FRANCISCO		15/05/09
Enoel Ramos ACIAL - LUZERNA		15/05/09
Laércio Corso ACIAL - LUZERNA		19/05/09
Paulo Alberti ASSOCIAÇÃO MORADODES VILA ALEMANHA		15/05/09
Moisés Diersmann CÂMARA DE VEREADORES		
João Carlos Ungeritch SIMAE		
Marcio Conti Júnior PROMOTOR DA 1ª VARA CIVIL DE JOAÇABA		18/05/09



ANEXO 5

ATA DA REUNIÃO COM GRUPO CONSULTIVO

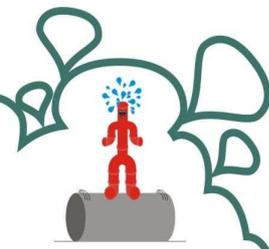


ATA DA REUNIÃO COM O GRUPO CONSULTIVO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e nove, às 14:20hs, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Luzerna foi realizada a 1ª reunião do Grupo Consultivo. Participaram do evento a Diretora do Simae, Sra Elisabet M.Z. Sartori, o Sr João Carlos Ungerich, da Simae, o Secretário do Meio Ambiente Régis Vector Weiser; o Assessor de Planejamento, Sr Neivo Morais Junior, o Secretário da Educação, Sr Rodrigo Hoffelder. e a Equipe da Empresa Espaço Urbano, Consultoria e Planejamento, a Coord. Da Equipe Técnica Arq. Fátima Hermes, o Engº Pablo Heleno Sezerino e o Engº Dirceu Scaratti e a Adm. Gelize Abati. A Arq. Fátima Hermes, Coordenadora do Trabalho abriu a reunião, apresentando a Equipe Técnica da Empresa Espaço Urbano, onde a empresa atua, qual o segmento. A seguir explanou sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, o que é e quais as etapas da elaboração do mesmo. Entregou o plano de trabalho a todos os presentes. Mostrou o cronograma e como ele será conduzido, explicando que durante o período poderão ser feitas alterações no cronograma. Agendado para o dia treze do mês de maio de dois mil e nove, as 14:30hs, a capacitação do Grupo Consultivo, na Sala de Reuniões da Prefeitura e para às 19:00hs do mesmo dia do ano corrente, o Evento de Lançamento, no Seminário. A Arq Fátima comentou como deverá ser divulgado o Evento de Lançamento. Comentou que todas as entidades e associações deverão ser convidadas, inclusive o Ministério Público. Solicitou a reserva do datashow. A produção de todo o material será de responsabilidade da empresa Espaço Urbano. A Sra Elisabet solicitou para que a distribuição dos convites não seja feito muito próximo da data do evento. O Engº Dirceu comentou a importância do Evento de Lançamento. A Arq. Fátima solicitou a Sra Elisabet a logo da FUNASA e ao Assessor Neivo, o Brasão do município para que os mesmos sejam colocados no cartaz. Segundo a Arq. Fátima e o Engº Pablo, o trabalho será dividido por áreas Rural e Urbana. Com referencia a definição da unidade para mapeamento o Engº Pablo discutiu que o ideal seria : Para Água: Zona de Pressão, para Esgoto e Drenagem por Bacias de escoamento e para Resíduos Sólidos por roteiro de coleta/ densidade. Após foi perguntado ao Secretário Régis como é feito o recolhimento do lixo e ele respondeu que a empresa Tucano faz o recolhimento e segundo o Assessor Neivo, a prefeitura tem os dados (dias /ruas) que a empresa Tucano passa recolhendo o lixo. A seguir discutiu-se como ocorreriam as reuniões comunitárias e, após discussão ficou definido duas reuniões na área rural no período vespertino e uma na área urbana no período noturno. Os locais e horários das reuniões comunitárias vão ser discutidos em outra data, juntamente com o Prefeito. O



Engº Pablo solicitou para fazer parte da comissão um integrante da vigilância sanitária e a Sra Elizabet sugeriu um membro da EPAGRI, que serão convidados. A Arq. Fátima entregou o roteiro de informações, solicitando dados referente aos quatro aspectos do Plano: água, drenagem, esgoto e resíduos sólidos que serão necessários para a realização do trabalho. Para a Simae que diz respeito a água e esgoto sanitário e para a Prefeitura, solicitação de dados referente a resíduos sólidos e drenagem urbana, dando um prazo de trinta dias para a entrega das informações. O Eng. Pablo falou um pouco sobre a importância desse trabalho com a população e que os órgãos de classe deverão fiscalizar. A Sra Elizabet comentou a importância da conscientização da população, dando um exemplo já vivenciado por ela. A Arq. Fátima comentou que todo material produzido será analisado pela comissão. Sobre o cartaz, após algumas sugestões de alterações, ficou definido que serão confeccionados 30 cartazes para cada evento do Plano, em cores verde e azul. Com os dizeres: Plano de Saneamento Básico de Luzerna - Participe desta Elaboração, com espaço em branco para escrever o nome do Evento. As cartilhas serão confeccionadas conforme o número de domicílios. Ficou combinado que a Arq Fátima irá passar o plano de trabalho por e-mail para a Simae. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às 15:50 horas, fazendo parte desta, a lista de presença.



ANEXO 6

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA



Reunião com Grupo Consultivo





AÇÃO 2 – CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO

A Capacitação do Grupo Consultivo ocorreu dia 13 de abril, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, às 14:30 horas, sendo realizada com o objetivo de nivelar o conhecimento sobre metodologia, a abrangência e a finalidade do PMSB e a importância da participação de todos em todas as etapas do processo. A capacitação teve uma carga horária de quatro horas, sendo o conteúdo programático: Conceituação, metodologia da elaboração do PMSB, desenvolvimento sustentável, mudanças institucionais no País, base legal, informações sobre saneamento básico, aspectos técnicos do Plano e recursos financeiros.

A Capacitação foi preparada pela Equipe Técnica da Empresa Espaço Urbano. A preparação constou da elaboração da apostila (Anexo 1) composta pelos conteúdos programáticos acima citados, que foram explanados através de slides em sistema multimídia.

A capacitação:

1º Momento:

A reunião iniciou às 14:30 horas com a assinatura da lista de presença (Anexo 2), distribuição da apostila e auto apresentação.

2º Momento:

Apresentação de slides sobre:

Conceituação, metodologia da elaboração do PMHIS explanado pela Arq. Fátima Hermes;

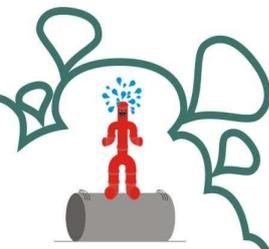
Desenvolvimento sustentável, mudanças institucionais e base legal explanado pelo Sr. Dirceu Scaratti;

Saneamento básico, aspectos técnicos do Plano e recursos financeiros explanados pelo Eng. Sanitarista Pablo Sezerino.

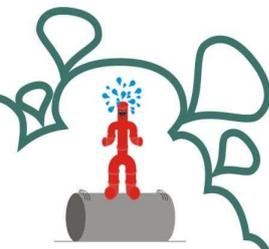


3º Momento:

A capacitação encerrou-se às 18:30 horas, sendo todos convocados a participar do Evento de Lançamento, dia 20/05 às 19:00 horas no Seminário.



ANEXOS



ANEXO 1

APOSTILA DA CAPACITAÇÃO



PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO LUZERNA



CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO



EQUIPE TÉCNICA E.U

ESPAÇO URBANO - Consultoria e Planejamento

EQUIPE TÉCNICA:

Arq. Fátima M Franz Hermes
Engº Civil Liselei Hadlich
Engº Sanitarista Pablo Heleno Sezerino
Ass. Social Roseli Rolin da Silva
Mat.Estatístico Dirceu Scaratti
Administradora Gelize Abatti
Desenhistas Cadista Lucas Pontel
Digitadora Camila Mariani





“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É UMA ESCOLHA PELA DEMOCRACIA”

*Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades
Porto Alegre - (16/02/2008)*



APRESENTAÇÃO

OBJETIVO:

NIVELAR O CONHECIMENTO DO GRUPO CONSULTIVO SOBRE A METODOLOGIA, A ABRANGÊNCIA E A FINALIDADE DO **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO**, BEM COMO, SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS EM TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO.





CONCEITUAÇÃO

CONCEITUAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO:

É INSTRUMENTO DE NATUREZA TÉCNICA E POLÍTICA QUE TEM POR OBJETIVO ORIENTAR O DESENVOLVIMENTO DE FORMA SUSTENTÁVEL DO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL E O PLANEJAMENTO LOCAL DA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO, RESPEITANDO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, PARA ATINGIR O ACESSO AO SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA.



CONCEITUAÇÃO

POR QUE FAZER UM PLANO DE SANEAMENTO?

PARA CONSTRUIR SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS QUE AFLIGEM OS MORADORES DAS CIDADES, QUE CRESCERAM DE FORMA EXCLUDENTE E DESEQUILIBRADA, PENALIZANDO PRINCIPALMENTE A POPULAÇÃO MAIS POBRE.

O PLANO DEVE ORIENTAR E IMPLEMENTAR AÇÕES COM O OBJETIVO DE SANAR OS PROBLEMAS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO PROPORCIONANDO A TODA POPULAÇÃO ACESSO AO MESMO.





CONCEITUAÇÃO

QUEM FAZ O PLANO DE SANEAMENTO?

UMA EQUIPE DA PREFEITURA, EM CONJUNTO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE, CONDUZ O PLANO DE SANEAMENTO POR MEIO DE PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS. PARA QUE O PLANO SE TORNE REALIDADE E SEJA INSTRUMENTO EFICAZ DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO MUNICIPAL É PRECISO QUE ELE SEJA PACTUADO POR TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E RESPALDADO POR UMA AMPLA DISCUSSÃO NO MUNICÍPIO.



METODOLOGIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO

ETAPA 1: FUNDAMENTOS(DURAÇÃO DE 3 MESES)

A ETAPA 1 SERÁ COMPOSTA PELAS SEGUINTE FASES:

FASE 1 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REUNIÃO COM O GRUPO CONSULTIVO – JÁ EXECUTADO

AÇÃO 2 - CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO – EM ANDAMENTO

AÇÃO 3 - EVENTO DE LANÇAMENTO – EM ANDAMENTO

AÇÃO 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO





METODOLOGIA

FASE 2 – AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO

AÇÃO 2 - AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

AÇÃO 3 - LEVANTAMENTO COMUNITÁRIO



METODOLOGIA

FASE 3 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SEUS IMPACTOS – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REALIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS SETORIAIS

ATIVIDADE 01 - ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

ATIVIDADE 02 - APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

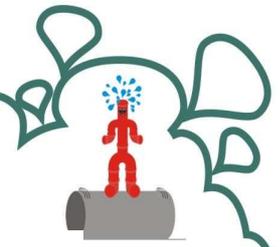
ATIVIDADE 03 - IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

AÇÃO 2 - IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AÇÃO 3 - REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AÇÃO 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO





METODOLOGIA



ETAPA 2 – PROPOSTAS (DURAÇÃO DE 2 MESES)
SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

FASE 04 – PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS – AÇÕES:

AÇÃO 1 - REALIZAÇÃO DE OFICINA DE TRABALHO

ATIVIDADE 01 - PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

ATIVIDADE 02 - REALIZAÇÃO DA OFICINA - DEFINIÇÃO DE METAS

AÇÃO 2 – RELATÓRIO

FASE 5 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES– SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - ELABORAÇÃO DO PLANO

AÇÃO 2 - REALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AÇÃO 3 - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



METODOLOGIA

ETAPA 3: APROVAÇÃO (DURAÇÃO DE 1 MÊS)

A ETAPA DE APROVAÇÃO SERÁ COMPOSTA PELAS SEGUINTE FASES:

FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO

AÇÃO 2 - ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES

AÇÃO 3 - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO

ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO (DURAÇÃO DE 2 MESES)

– SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:





METODOLOGIA

FASE 7 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

AÇÃO 1 - FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

AÇÃO 2 – RELATÓRIO

ATIVIDADE 01 - CRIAÇÃO DO CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ATIVIDADE 02 - DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORAMENTO

ATIVIDADE 03 - DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE REVISÃO DO PLANO

ATIVIDADE 04 - REALIZAÇÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA/ENTREGA OFICIAL DO PLANO



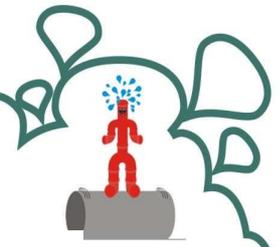
METODOLOGIA

FASE 08 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES –SENDO PARTE DESTA FASE AS AÇÕES:

AÇÃO 01 – ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTENDO A FERRAMENTA E OU BANCO DE DADOS

AÇÃO 02 – ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO CONTENDO O SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM MEIO IMPRESSO E DIGITAL





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas necessidades”.

Alguns conceitos chave caracterizam e delimitam a noção de desenvolvimento na atualidade:

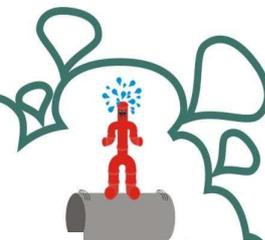
- *a sustentabilidade;*
- *o território;*
- *a participação cidadã;*
- *desenvolvimento com base em valores;*



PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A elaboração de Planos/Planejamento insere-se no contexto de mudanças no quadro institucional brasileiro, que aponta para a progressiva responsabilização dos municípios na elaboração e implementação de políticas urbana, de habitação e do saneamento e meio ambiente.





RETROSPECTIVA: MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO PAIS

Constituição Federal (1988)



Implementa a descentralização administrativa e fortalece o papel dos municípios



Estatuto da Cidade
Lei Nº10257/06/2001



Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal
CAPÍTULO II – POLÍTICA URBANA



Criação do Ministério das Cidades (2003)



Planeja, monitora e facilita o acesso a recursos financeiros, à capacitação e à assistência técnica

Exigências:

Plano Diretor – Lei nº 10.257/2001
Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
Lei nº 11.124/2005
Plano Municipal de Saneamento Básico
Lei nº 11.445/2007



BASE LEGAL

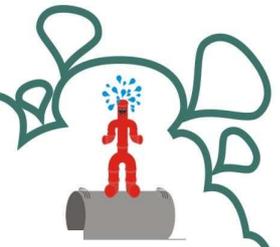
Lei Federal 11.445/2007

Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico

Art. 3º -Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:





BASE LEGAL

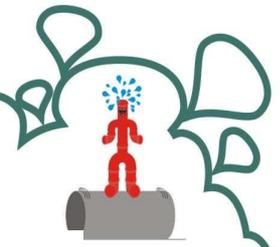
- a) **abastecimento de água potável:** constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) **esgotamento sanitário:** constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;



BASE LEGAL

- c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) **drenagem e manejo das águas pluviais urbanas:** conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;





BASE LEGAL

- II - **gestão associada**: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no Art. 241 da Constituição Federal;
- III - **universalização**: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
- IV - **controle social**: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;



DO PLANEJAMENTO

Art. 19º - A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

- I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;





DO PLANEJAMENTO

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

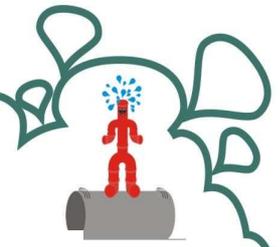
V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.



Situação Geral do Atendimento em Saneamento no Brasil

- **Empresas estaduais**
 - 70% dos municípios brasileiros
- **85% da arrecadação total do setor**
- **Fonte:**
 - IBGE (2000)
 - SNIS (2001)





Saneamento - Regiões Urbanas

- **ÁGUA: 90%**
- **ESGOTO COLETA - 50%**
 - >38% CESBs
- **TRATAMENTO (inclui Saneamento Individual)**
 - 25%
- **TRATAMENTO EM ETE's COLETIVAS**
 - < 10%
- **CONSUMO MÉDIO**
 - 14,3 m³ ECONOMIA/MÊS
- **CONSUMO MÉDIO PER CAPITA**
 - 140 litros/hab.dia

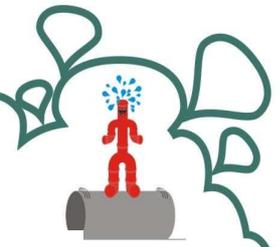


Saneamento - Regiões Urbanas

- **TARIFA (ÁGUA+ ESGOTO)**
 - **MÉDIA R\$ 1,12**
 - NE = 0,95
 - SUL = 1,25
- **CUSTO MÉDIO R\$ 1,15**

Para 19 CESBs a Tarifa NÃO cobre as Despesas





Saneamento – Zonas Rurais

- **ÁGUA:**

- ABASTECIMENTO: 20%



- **ESGOTO:**

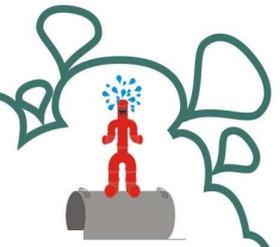
- COLETA 3,5%



ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

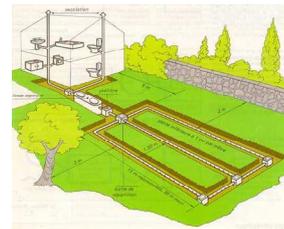
1. Sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água





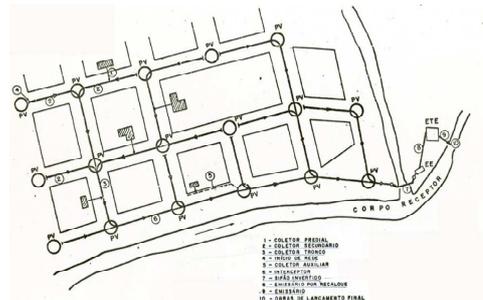
ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

2. Sistemas de coleta de excretas e de águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos coletivos, incluindo tratamento e disposição final

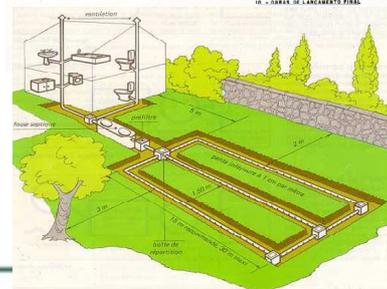


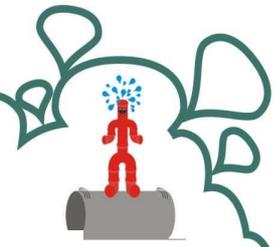
Esgotamento Sanitário

- Centralizado



- Descentralizado (unifamiliar)





Índices de cobertura de esgotamento sanitário no Brasil

- Cerca de 90,5 milhões de brasileiros vivem em domicílios desprovidos de sistemas de coleta do esgoto sanitário.



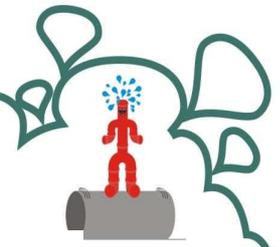
- Segundo dados do Governo Federal, apenas 28,2% do esgoto sanitário coletado nos domicílios brasileiros recebe tratamento e só uma pequena parcela tem destinação final sanitariamente adequada no meio ambiente.



ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

3. Coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos (lixo)





ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

- **LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Art. 7º - Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

- I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;
- II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;
- III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros;

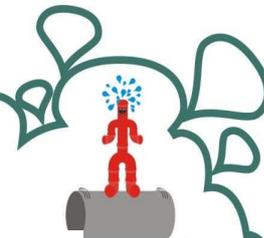


ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

- **DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS**

- O Sistema de Drenagem Urbana, com todos os seus componentes, possuem uma responsabilidade relevante na qualidade ambiental das áreas onde estão situados;
- O Sistema de Drenagem Urbana deve possuir ampla integração com os demais Serviços e Sistemas relacionados com o Saneamento Ambiental, objetivando a otimização das ações e a excelência dos resultados ambientais.
- **Fatores que afetam a Drenagem Urbana:**
 - Climatologia – Regime das Chuvas





ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

- **DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS**
 - **Fatores que afetam a Drenagem Urbana:**
 - Ambiental:
 - Arranjo do traçado urbano
 - Usos do solo
 - Padrões de conforto das vias
 - Interação com demais equipamentos de saneamento básico
 - Tecnológico:
 - Estruturas de micro e de macro drenagem
 - Institucional:
 - Aspectos Gerenciais e Aspectos Legais



RECURSOS FINANCEIROS

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (RS BILHÕES)	
PAC – ENERGIA <ul style="list-style-type: none">• Geração e transmissão de energia elétrica• Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis	274,8
PAC - INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE <ul style="list-style-type: none">• Rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos	58,3
PAC - INFRA ESTRUTURA SOCIAL E URBANA <ul style="list-style-type: none">• Luz para Todos, habitação, saneamento, metrô e recursos hídricos	170,8
TOTAL	503,9





RECURSOS FINANCEIROS

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC
RECURSOS PARA HABITAÇÃO E SANEAMENTO 2007-2010

PRIORIDADE	ORÇAMENTO
SANEAMENTO	40 Bilhões
HABITAÇÃO	106,3 Bilhões
TOTAL	146,3 Bilhões



“Hoje em dia, o ser humano apenas tem ante si três grandes problemas que foram ironicamente provocados por ele próprio: a super povoação, o desaparecimento dos recursos naturais e a destruição do meio ambiente. Triunfar sobre estes problemas, vistos sermos nós a sua causa, deveria ser a nossa mais profunda motivação.”

Jacques Yves Cousteau (1910-1997)





AGENDA

**EVENTO DE LANÇAMENTO DO PLANO
MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE LUZERNA:**

REUNIÕES COMUNITÁRIAS

URBANA: _____

RURAL: _____





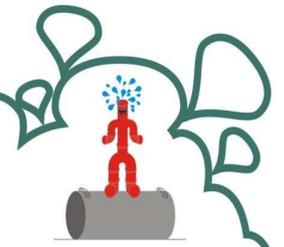
ANEXO 2

LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO



ANEXO 3

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA



Capacitação do Grupo Consultivo



Capacitação do Grupo Consultivo





AÇÃO 3 – EVENTO DE LANÇAMENTO

Para preparação do evento, foram enviados 14 convites (Anexo 1) para representantes conforme Lista do Cadastro dos Atores (Anexo 2), bem como, reportagens e chamadas no rádio, com o objetivo de sensibilizar o maior número possível de munícipes.(Anexo 3)

O evento realizou-se dia 20/05 às 19:00 horas no Seminário de Luzerna.O evento dividiu-se em cinco momentos distintos:

1º Momento:

Abertura do evento pelo protocolo ocorreu às 19 horas e 20 minutos, após assinatura da Lista de Presença (Anexo 4), fazendo o uso da palavra primeiramente o Prefeito Municipal Sr.Norival Fiorin que falou da importância da elaboração do PMSB para o município de Luzerna colocando a importância da participação de todos na elaboração do plano e que o mesmo será realizado com recursos do Governo Federal.

2º Momento:

É apresentado para a sociedade o Grupo Consultivo e a Equipe da Espaço Urbano, vencedora do processo licitatório, que serão responsáveis pela elaboração do PMSB.

3º Momento:

A arquiteta Fátima Hermes fala da importância da realização do trabalho, passando a seguir os slides (Anexo5) sobre o que é PMSB, Área de Abrangência, Cronograma das Atividades e a Importância da Participação da Comunidade, sendo colocado a palavra a disposição, onde se manifestaram a Sra. Maria Doré, ex-prefeita, a Sra. Elisabete do SIMAE e o Sr. Moisés, vereador e membro do Grupo Consultivo, conforme ata do evento (Anexo 6).



4º Momento:

O encerramento ocorreu às 20:55 horas com a palavra do Sr. .Gilson Luiz Guimarães que justificou a ausência do Prefeito Municipal, e posteriormente agradeceu a presença de todos, solicitando que todos se empenhassem em participar e que ajudassem na divulgação do PMHIS.

Todas as ações da Etapa 1 foram registradas através de reportagem fotográfica (Anexo 7).



ANEXOS



ANEXO 1

MODELO DO CONVITE EVENTO DE LANÇAMENTO



CONVITE

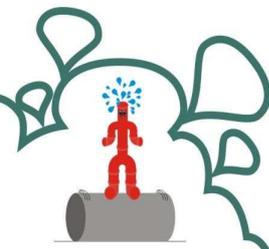


A Prefeitura Municipal de Luzerna convida os representantes das comunidades e a população em geral para o Evento de Lançamento de elaboração do Plano Municipal de Saneamento do município de Luzerna, a se realizar no dia 20 de maio de 2009, às 19 horas, no Seminário.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

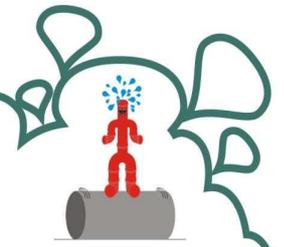


ESPAÇO URBANO
CONSULTORIA E PLANEJAMENTO



ANEXO 2

CADASTRO DOS ATORES



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB

Reunião do Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna - SC
à realizar-se no dia 20 de Maio de 2009 às 19:00hs nas dependências do Seminário São João Batista

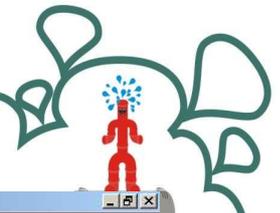
PROTOCOLO DE ENTREGA DE CONVITES

Nome/ Entidade	Assinatura:	Data:
Neivo Morás Junior PREFEITURA DE LUZERNA - PLANEJAMENTO		14/05/09
Rodrigo Hoffelder PREFEITURA DE LUZERNA - EDUCAÇÃO		14/05/09
Régis Valter Weiser PREFEITURA DE LUZERNA - AGRICULTURA E M.AMB.		14/05/09
Gilmar Debus PREFEITURA DE LUZERNA - OBRAS		14/05/09
Kelli Flávia Spricigo PREFEITURA DE LUZERNA - SAÚDE		19/05/09
Lenir Costa Beber ADR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL		15/05/09
Jaime Turra EPAGRI		14/05/09
Osmar Carlito Bennemann ASSOCIAÇÃO MORADODES SÃO FRANCISCO		15/05/09
Enoel Ramos ACIAL - LUZERNA		15/05/09
Laércio Corso ACIAL - LUZERNA		19/05/09
Paulo Alberti ASSOCIAÇÃO MORADODES VILA ALEMANHA		15/05/09
Moisés Diersmann CÂMARA DE VEREADORES		
João Carlos Ungeritch SIMAE		
Marcio Conti Júnior PROMOTOR DA 1ª VARA CIVIL DE JOAÇABA		18/05/09



ANEXO 3

REPORTAGENS E PUBLICIDADE



Prefeitura Municipal de Luzerna / SC - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://www.luzerna.sc.gov.br/conteudo/?item=5807&fa=1&cd=39081

Mais visitados Guia rápido Últimas notícias Wireless - Pesquisa d... Windows Live Hotmail HotMail gratuito Personalizar links Windows Media Windows

CNPJ: 01.613.428/0001-72
E-mail: educacao@luzerna.sc.gov.br
Telefone: (49) 3551.4700
Fax: (49) 3551.4700

Município Prefeitura Governo Guia Cidade Turismo Contato

Links Rápidos

Legislação

REGIN
Registro Mercantil Integrado
ABERTURA DE EMPRESAS

Serviços **n-line**
Alvará Provisório
clique aqui para mais informações.

Relatórios

22/05/2009 - Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna

Na noite dessa quarta-feira, foi realizado o Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna. Estiveram presentes representantes da sociedade civil e autoridades do Município de Luzerna.

O projeto foi apresentado pela Arquiteta Fátima Hermes, gerente técnica da empresa contratada para elaboração do plano.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de natureza técnica e política que tem por objetivo orientar o desenvolvimento de forma sustentável do saneamento básico municipal e o planejamento local da área do saneamento básico, respeitando as necessidades da população, para atingir o acesso ao saneamento e qualidade de vida. O Plano serve também para construir soluções para os problemas que afligem os moradores das cidades, que cresceram de forma excludente e desequilibrada. O Plano deve orientar e implementar ações com o objetivo de sanar os problemas na área do saneamento básico proporcionando a toda população acesso ao mesmo.

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna será executado por uma equipe da Prefeitura, em conjunto com representantes da sociedade, conduz o Plano de Saneamento por meio de processos democráticos e participativos. Para que o Plano se torne realidade e seja instrumento eficaz de gestão da Política de Saneamento Municipal é preciso que ele seja pactuado por todos os segmentos da sociedade e respaldado por uma ampla discussão no município. O coordenador na Prefeitura de Luzerna é o Assessor de Planejamento Neivo Moraes Junior.

Galeria de Fotos

Prefeitura Municipal de Luzerna / SC - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://www.luzerna.sc.gov.br/conteudo/?item=5807&fa=1&cd=38378

Mais visitados Guia rápido Últimas notícias Wireless - Pesquisa d... Windows Live Hotmail HotMail gratuito Personalizar links Windows Media Windows

Prefeitura Municipal de Luzerna

Avenida 16 de Fevereiro, 151 - Centro
CEP: 89609-000
CNPJ: 01.613.428/0001-72
E-mail: educacao@luzerna.sc.gov.br
Telefone: (49) 3551.4700
Fax: (49) 3551.4700

Município Prefeitura Governo Guia Cidade Turismo Contato

Links Rápidos

Legislação

REGIN
Registro Mercantil Integrado
ABERTURA DE EMPRESAS

Serviços **n-line**

14/05/2009 - Lançamento do Plano de Saneamento Básico de Luzerna

A Prefeitura Municipal de Luzerna convida toda a comunidade para participar do Lançamento da elaboração do Plano de Saneamento Básico de Luzerna, neste dia 20 de maio, às 19h, no Seminário São João Batista de Luzerna.

Participe! Sua presença é indispensável!

Assessoria de Planejamento - Prefeitura Municipal de Luzerna



ANEXO 4
LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO DE
LANÇAMENTO



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO Evento de Lançamento – LUZERNA

DATA: 20/05/2009

HORARIO: 19 horas

LOCAL: Seminário São João Batista - Luzerna

OBJETIVO: Lançamento do Plano com a formalização e apresentação do Grupo Consultivo, apresentação da Proposta Metodológica e mobilizar a população para participação em todas as etapas do processo.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	BAIRRO/LOCALIDADE	ASSINATURA
Kelli Honora Sprague	Luzerna - Centro	
Juanicole Pellegrin	Jacoba	
Adriana Demarelli	Luzerna	
Armin Jurd.	ACUVAL	
Gilmar de Souza	SEC. obras e saneam.	
Diego J. Romanello	Vl. Alemanha	
Moisés Dias	Luzerna - Bairro	
André Simon	Luzerna -	
MOISÉS DIERSMANN	VILA ALEMANHA	
Sergio Martensol	Vila Alemanha	
JOAO CARLOS WIGENOFF	SIMAO	
DIRCEU SCARATTI	ESPAÇO URBANO	
PABLO HELENO SEZERINO	ESPAÇO URBANO	
Elyzabet M. Z. Santos	SIMAO	
Luiz Carlos Kelly	J. Grajanda	
Maria Helena de Souza	Centro	
Waldemar Dias	V. Alemanha	
Valdemir Marcos	São Francisco	
Bruna Andrade	Jacoba	
ANDRÉ MUNZLINGER	LUZERNA	



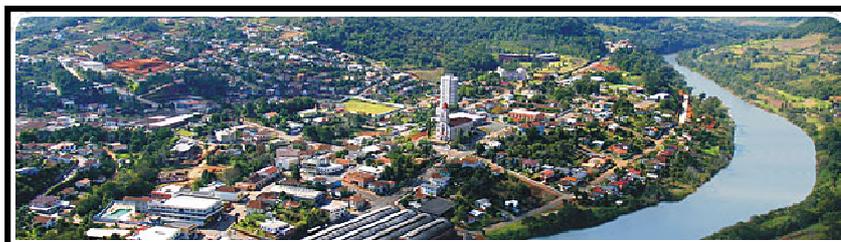


ANEXO 5

APRESENTAÇÃO DOS SLIDES DO EVENTO DE LANÇAMENTO



PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO LUZERNA



EVENTO DE LANÇAMENTO



EQUIPE TÉCNICA E.U



ESPAÇO URBANO - Consultoria e Planejamento

EQUIPE TÉCNICA:

Arq. Fátima M Franz Hermes
Engº Civil Liselei Hadlich
Engº Sanitarista Pablo Heleno Sezerino
Ass. Social Roseli Rolin da Silva
Mat.Estatístico Dirceu Scaratti
Administradora Gelize Abatti
Desenhistas Cadista Lucas Pontel
Digitadora Camila Mariani





EQUIPE DE TÉCNICA

COORDENADOR- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO: NEIVO MORÁS JUNIOR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: RODRIGO HOFFELDER
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: RÉGIS VALTER WEISER
SECRETARIA DE OBRAS: GILMAR DEBUS
SECRETARIA DA SAÚDE: KELLI FLÁVIA SPRICIGO
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: LENIR COSTA BEBER
EPAGRI: JAIME TURRA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SÃO FRANCISCO: VALDENIR MARCON
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA ALEMANHA: WALDEMAR DRESCH
ACIAL: ADEMIRO JUSTI
CÂMARA DE VEREADORES: MOISÉS DIERSMANN
SIMAE: JOÃO CARLOS UNGERITCH



APRESENTAÇÃO

OBJETIVO:

NIVELAR O CONHECIMENTO DO GRUPO CONSULTIVO SOBRE A METODOLOGIA, A ABRANGÊNCIA E A FINALIDADE DO **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO**, BEM COMO, SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS EM TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO.





CONCEITUAÇÃO

CONCEITUAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO:

É INSTRUMENTO DE NATUREZA TÉCNICA E POLÍTICA QUE TEM POR OBJETIVO ORIENTAR O DESENVOLVIMENTO DE FORMA SUSTENTÁVEL DO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL E O PLANEJAMENTO LOCAL DA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO, RESPEITANDO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, PARA ATINGIR O ACESSO AO SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA.



CONCEITUAÇÃO

POR QUE FAZER UM PLANO DE SANEAMENTO?

PARA CONSTRUIR SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS QUE AFLIGEM OS MORADORES DAS CIDADES, QUE CRESCERAM DE FORMA EXCLUDENTE E DESEQUILIBRADA, PENALIZANDO PRINCIPALMENTE A POPULAÇÃO MAIS POBRE.

O PLANO DEVE ORIENTAR E IMPLEMENTAR AÇÕES COM O OBJETIVO DE SANAR OS PROBLEMAS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO PROPORCIONANDO A TODA POPULAÇÃO ACESSO AO MESMO.





CONCEITUAÇÃO

QUEM FAZ O PLANO DE SANEAMENTO?

UMA EQUIPE DA PREFEITURA, EM CONJUNTO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE, CONDUZ O PLANO DE SANEAMENTO POR MEIO DE PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS. PARA QUE O PLANO SE TORNE REALIDADE E SEJA INSTRUMENTO EFICAZ DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO MUNICIPAL É PRECISO QUE ELE SEJA PACTUADO POR TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E RESPALDADO POR UMA AMPLA DISCUSSÃO NO MUNICÍPIO.



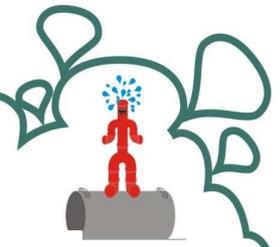
CONCEITUAÇÃO

PLANO DE SANEAMENTO



É FUNDAMENTAL QUE OS DIFERENTES SEGMENTOS DA SOCIEDADE PARTICIPEM DAS ATIVIDADES DEMOCRATIZANDO AS DECISÕES, ASSEGURANDO QUE TODOS SE COMPROMETAM E SINTAM-SE RESPONSÁVEIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO





CONCEITUAÇÃO

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

GARANTIA- DE FATO - QUE OS DIFERENTES SEGMENTOS DA SOCIEDADE PARTICIPEM NAS ATIVIDADES DE TODAS AS FASES DO PROCESSO.

ATIVIDADES:



- CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO
- REUNIÕES COMUNITÁRIAS
- PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
- OFICINAS DE TRABALHO



METODOLOGIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO

ETAPA 1: FUNDAMENTOS(DURAÇÃO DE 3 MESES)

A ETAPA 1 SERÁ COMPOSTA PELAS SEGUINTE FASES:

FASE 1 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REUNIÃO COM O GRUPO CONSULTIVO – JÁ EXECUTADO

AÇÃO 2 - CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO– EM ANDAMENTO

AÇÃO 3 - EVENTO DE LANÇAMENTO – EM ANDAMENTO

AÇÃO 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO





METODOLOGIA

FASE 2 – AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO

AÇÃO 2 - AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

AÇÃO 3 - LEVANTAMENTO COMUNITÁRIO



METODOLOGIA

FASE 3 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SEUS IMPACTOS – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REALIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS SETORIAIS

ATIVIDADE 01 - ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

ATIVIDADE 02 - APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

ATIVIDADE 03 - IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

AÇÃO 2 - IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AÇÃO 3 - REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AÇÃO 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO





METODOLOGIA



ETAPA 2 – PROPOSTAS (DURAÇÃO DE 2 MESES)
SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

FASE 04 – PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS – AÇÕES:

AÇÃO 1 - REALIZAÇÃO DE OFICINA DE TRABALHO

ATIVIDADE 01 - PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

ATIVIDADE 02 - REALIZAÇÃO DA OFICINA - DEFINIÇÃO DE METAS

AÇÃO 2 – RELATÓRIO

FASE 5 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES– SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - ELABORAÇÃO DO PLANO

AÇÃO 2 - REALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AÇÃO 3 - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



METODOLOGIA



ETAPA 3: APROVAÇÃO (DURAÇÃO DE 1 MÊS)

A ETAPA DE APROVAÇÃO SERÁ COMPOSTA PELAS SEGUINTE FASES:

FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO

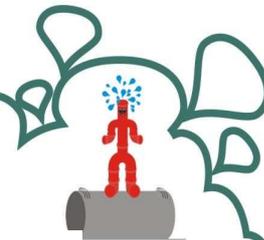
AÇÃO 2 - ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES

AÇÃO 3 - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO

ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO (DURAÇÃO DE 2 MESES)

– SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:





METODOLOGIA

FASE 7 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

AÇÃO 1 - FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

AÇÃO 2 – RELATÓRIO

ATIVIDADE 01 - CRIAÇÃO DO CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ATIVIDADE 02 - DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORAMENTO

ATIVIDADE 03 - DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE REVISÃO DO PLANO

ATIVIDADE 04 - REALIZAÇÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA/ENTREGA OFICIAL DO PLANO



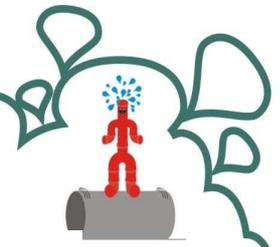
METODOLOGIA

FASE 08 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES – SENDO PARTE DESTA FASE AS AÇÕES:

AÇÃO 01 – ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTENDO A FERRAMENTA E OU BANCO DE DADOS

AÇÃO 02 – ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO CONTENDO O SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM MEIO IMPRESSO E DIGITAL





CRONOGRAMA

FA- AS	FA- SE	AÇÕES	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outu- bro	Novem- bro	Dezem- bro
1		Ação 1: Reunião com Grupo Consultivo									
		Ação 2: Capacitação do Grupo Consultivo									
		Ação 3: Evento de Lançamento									
		Ação 4: Elaboração do Relatório									
2		Ação 1: Definição da Unidade de Planejamento									
		Ação 2: Aquisição de Informações Técnicas									
		Ação 3: Levantamento Comunitário									
3		Ação 1: Realização do Diagnóstico Setorial									
		Ação 2: Caracterização da Situação Atual									
		Ação 3: Realização da Primeira Audiência Pública									
		Ação 4: Elaboração do Relatório do Diagnóstico									
4		Ação 1: Realização da Oficina de Trabalho									
		Ação 2: Relatório									
		Ação 1: Elaboração do Plano									
5		Ação 2: Realização da 2ª Audiência Pública									
		Ação 5: Relatório									
6		Ação 1 - Reunião com o Conselho do Meio Ambiente Municipal e Legislativo									
		Ação 2: Elaboração de Diretrizes									
		Ação 3: Definição Linhas Estratégicas									
7		Ação 1 - Formulação de Mecanismos e Procedimento de Monitoramento e Avaliação									
		Ação 2: Relatório									
8		Ação 1 - Elaboração do Sistema de Informações									
		Ação 2 - Elaboração de Relatórios									



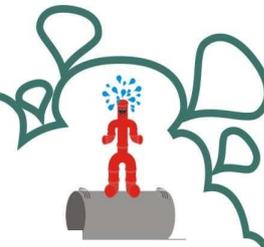
**Qualidade de Vida
começa pelo básico.**



**Plano de Saneamento Básico de Luzerna:
Participe desta Elaboração!**

Evento:
Local:
Data: Hora:





AGENDA



**EVENTO DE LANÇAMENTO DO PLANO
MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE LUZERNA:**

REUNIÕES COMUNITÁRIAS

URBANA: _____

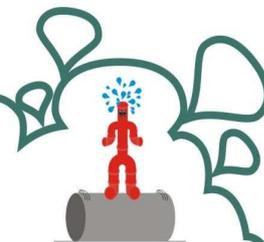
RURAL: _____





ANEXO 6

ATA DO EVENTO DE LANÇAMENTO



ATA DO EVENTO DE LANÇAMENTO

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e nove, às 19:20hs, na sala de reuniões do Seminário do município de Luzerna foi realizado o Evento de Lançamento do Plano de Saneamento Básico de Luzerna. Participaram do evento o Grupo Consultivo do Plano Municipal de Saneamento, membros da equipe técnica da empresa Espaço Urbano, representantes da comunidade em geral, autoridades e a imprensa. O Eng. e coordenador do Grupo Consultivo do Plano Municipal de Saneamento, Sr Neivo Moraes Junior, fez o protocolo e convidou o Prefeito do município para dar abertura dos trabalhos. O Prefeito agradeceu a presença de todos, da Sra Elizabet, presidente do Simae, dos vereadores e todos os que estavam presentes, falando da importância da realização deste trabalho para o município e que o mesmo estava sendo realizado com recursos do Governo Federal, através da FUNASA. A seguir passou a palavra para a Arq. Fátima Hermes, que explanou sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, definição, importância e como será a metodologia e cronograma para a realização do mesmo. A seguir apresentou a Equipe Técnica da Espaço Urbano e o Grupo Consultivo explicando que o Grupo Consultivo será completado com os delegados que serão eleitos nas reuniões comunitárias. Divulgou as datas das reuniões comunitárias urbanas e rurais. Abriu espaço para a comunidade. Fez o uso da palavra a Sra. Maria Doré, ex prefeita do município que falou da satisfação de ver o trabalho ser iniciado, visto da importância do mesmo para o município e agradeceu a Simae pelo empenho para que o município de Luzerna conseguisse recursos para a elaboração do plano. A Sra Elizabeth, Diretora do Simae, colocou a importância da participação da Sociedade no Plano Municipal de Saneamento e que o mesmo seja exequível e atenda as necessidades da população do município. O Sr Moisés, vereador do município e membro do Grupo Consultivo perguntou se o fundo terá que ser criado neste ano e como se dará a gestão do mesmo. A Arq respondeu que no desenvolvimento da elaboração do Plano é que definiremos como será o Fundo e sua gestão e que o mesmo só será efetivado após o término do Plano e aprovação do mesmo na Câmara de Vereadores. Este assunto gerou uma discussão, sendo colocado pela Sra. Maria Doré que o ideal é que o mesmo esteja vinculado a contabilidade da Prefeitura. Após foi colocado que este assunto será amplamente debatido quando da elaboração das propostas. Sr Dirceu comentou que a cada quatro anos será revisado o Plano Municipal de Saneamento. A arq. Fátima encerra a reunião às 20:15 horas, colocando mais uma vez a importância da participação de todos ao longo do processo e solicitando que cada um dos presentes tenha como compromisso trazer

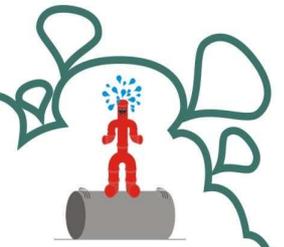


mais três pessoas para as próximas reuniões, o que todos concordaram. Nada mais havendo a tratar encerrou-se o Evento de Lançamento, fazendo parte desta, a lista de presença.



ANEXO 7

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA



Capacitação do Grupo Consultivo



Capacitação do Grupo Consultivo

